



Assunto: RES: Departamento de Policia Federal - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal - SE_PE 006/15 _ 27/08/2015 _ IMPUGNAÇÃO

De: "NTI" <nti.srse@dpf.gov.br>

Data: 24/08/2015 10:05

Para: "'CPL/SR/DPF/SE'" <cpl.srse@dpf.gov.br>

Senhor Chefe,

Informo que o Termo de Referencia foi enviado a todas as operadoras previamente para análise e cotação de preços, e que a Telefônica forneceu todas as cotações conforme consta no processo sem no entanto fazer nenhuma objeção, quanto aos questionamentos atuais segue nosso parecer:

1 - Esclarecimento do Serviço intragrupo: A Tabela-1 reflete a necessidade de trafego atual da Policia Federal em Sergipe, e segue orientações do Termo de Referencia do Ministério do Planejamento e Gestão, no nosso entender não seria prudente aglutinar todo o serviço intragrupo uma vez que como se sabe o custo de uma ligação local é diferente de uma ligação em deslocamento em outra Região.

2- Esclarecimento quanto ao serviço Gestão Solicitado em edital: O login único atende as nossas necessidades.

3- Impossibilidade de controle de consumo de dados: O item segue as recomendações do Termo de Referencia do Ministério do Planejamento e Gestão, e tem como principal objetivo evitar serviços inconvenientes aos usuários, os serviços podem ser bloqueados logo depois da ativação das linhas, todas as linhas serão providas de pacote de voz e dados.

4- Disponibilização de arquivo: O item segue as recomendações do Termo de Referencia do Ministério do Planejamento e Gestão, e no nosso entender é de possível atendimento, e conforme descreve o TR o fornecimento dessa informação não é continuo e somente será fornecido quando Solicitado pelo contratante.

5- Cotação de serviço de gestão: É relacionado com o Item 4.3, deve ser observado que um único portal deve atender a todas as linhas, e que no nosso entender não seria necessário um serviço para cada linha.

6- Capa e película: O Item deve ser mantido, não vemos dificuldade em fornecer a capa e a película junto com o aparelho, no TR não foi exigido a instalação dos acessórios e sim apenas o fornecimento.

Ats.

Francisco

De: CPL/SR/DPF/SE [mailto:cpl.srse@dpf.gov.br]

Enviada em: sexta-feira, 21 de agosto de 2015 18:19

Para: nti.srse@dpf.gov.br

Assunto: Fwd: Departamento de Policia Federal - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal - SE_PE 006/15 _ 27/08/2015 _ IMPUGNAÇÃO

Ao Núcleo de Tecnologia da Informação, para apresentar os indispensáveis subsídios para a resposta da CPL.

Friso que a reposta DEVERÁ ser enviada pela CPL IMPRETERIVELMENTE até as 15:20 do dia 24/08/2015. Motivo pelo qual solicito que os subsídios sejam enviados à CPL com antecedência mínima de 2 (duas) horas para o término do referido prazo.

Ressalto que em caso de assistir razão à contratada e/ou a CPL não lograr êxito na resposta de forma satisfatória, a licitação poderá ter que ser suspensa, para correções.

Att.,

Ronaldo Corrêa
Pregoeiro e Chefe do SELOG

EM BRANCO

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

Polícia Federal
FL.nº 281
SERGIPE

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO Nº 1/2015-CPL/SELOG/SR/DPF/SE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015
(Processo Administrativo n.º 08520.001615/2015-81)

SEÇÃO I - DA IMPUGNAÇÃO

1. OBJETO

A empresa Telefônica Brasil S/A apresentou em 21/08/2015 às 12:20 impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2015, na qual alega vício no ato convocatório, por suposta discrepância com o rito fixado na legislação e por suposta restrição à competitividade. Solicita ainda esclarecimentos visando facilitar a compreensão de alguns termos específicos do instrumento convocatório, visando evitar interpretações equivocadas

2. FUNDAMENTOS

2.1. Esclarecimento quanto à apuração do serviço intra-grupo zero, apontamento sobre a minutagem por tipo de ligação e suposta duplicidade de cotação.

2.1.1. Quanto ao item 3.3.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), a impugnante alega que "as ligações 'Móvel-móvel – Intra-Grupo (VC2 e VC3)' e os serviços 'Intra-grupo Zero Nacional' indicam o mesmo tipo de serviço" (sic), e conclui pela suposta existência de "duplicidade de apuração quanto aos padrões para alavancagem do serviço em tela" (sic).

2.1.2. A impugnante suscita ainda a necessidade de elucidar suposta inconformidade quanto ao "cômputo do limite de minutos (por tipo de ligação: VC1, VC2 e/ou VC3)" (sic).

2.1.3. Com base nas alegações apresentadas, a impugnante aponta ao final suposta necessidade de retificação das "planilhas" e adequação da estimativa de serviços "à realidade de tarifação ilimitada" (sic).

2.2. Esclarecimento quanto à unificação de documentos relativos à prova de regularidade fiscal.

Edital do Pregão Eletrônico nº 6/2015-SRP – Resposta a Impugnação nº 1/2015 - Página 1 de 8

Av. Augusto Franco, 2.260 – Siqueira Campos – CEP 49.075-100
Aracaju/SE - Tel. (79) 3234-8534 - e-mail: cpl.srse@dpf.gov.br



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

Polícia Federal
FL.nº _____
SERGIPE

- 2.2.1. Quanto aos itens 10.4.2 e 40.4.3 do Edital, a empresa alega suposta exigência de documentos distintos para a prova de regularidade perante a Fazenda Nacional e perante o INSS.
- 2.2.2. A impugnante menciona ainda que "a certidão unificada é um documento expedido para a MATRIZ" (sic), com efeitos supostamente estendido para suas filiais.
- 2.2.3. Com base nas alegações apresentadas, a impugnante aponta a necessidade do Edital prever que a comprovação de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional e o INSS seja feita com a "apresentação da certidão unificada".
- 2.3. Do modo de disponibilização de arquivo contendo as localidades de cobertura de serviços.
- 2.3.1. Apontando o item 5.2.23 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), a impugnante alega exigência de planilha de dados cujo envio, na forma como exigido, "nem todas as operadoras possuem condições de disponibilizar", devido à suposta exigência de planilha de dados com "cobertura por Cep" (sic) e por localidade, de forma unificada.
- 2.3.2. A empresa informa que possui disponibilidade de envio das informações "por meio de arquivo por localidade" (sic), e requer adaptação do Edital neste ponto.
- 2.4. Cotação do serviço gestão.
- 2.4.1. Quanto aos itens 1.3 do Edital e 3.3.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), a impugnante alega que o "perfil de tráfego é incongruente com a realidade do consumo mensal" (sic), devido à cotação de apenas 1 (uma) assinatura para a gestão de 15 (quinze) linhas, motivo pelo qual pede a retificação do Edital.
- 2.5. Esclarecimento quanto ao serviço de gestão.
- 2.5.1. Quanto ao item 4.3.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), a impugnante alega que a exigência de dois tipos de perfis de acesso ao sistema gestor "não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

Polícia Federal

FL.nº 282

SERGIPE

tem como ser atendido pelas operadoras" (sic), motivo pelo qual requer seja retirada tal exigência.

2.6. Impossibilidade de controle de consumo de dados.

2.6.1. Quanto ao item 5.2.41 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), a impugnante aponta suposta exigência de "utilização avulsa de serviços de dados por meio de terminais que não tenham assinatura de dados contratada", e requer a retirada de tal exigência, por suposta ilegalidade.

2.7. Exigência de entrega de capa e película de proteção.

2.7.1. Quanto ao item 11.1.6 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), a impugnante alega restrição à competitividade devido à exigência de que, juntamente com os aparelhos smartphone a serem fornecidos, sejam fornecidas também película e capa protetora, no entanto não apresenta pedidos quanto a este ponto.

2.8. Esclarecimento quanto ao CNPJ da Nota Fiscal e dos documentos de habilitação.

2.8.1. Sem apontar a quais itens do instrumento convocatório se refere, a empresa argumenta que as suas filiais integram a mesma pessoa jurídica da matriz, e que o faturamento e prova de regularidade fiscal devem levar este fato em conta, requerendo ao final que o Edital seja retificado para permitir que o faturamento e a prova de regularidade fiscal sejam feitos pela matriz e/ou filial, conforme supostamente autoriza a legislação.

2.9. Prazo para a assinatura de documentos.

2.10. Quanto aos itens 13.1, 13.2, 15.1 e 15.3 do Edital, a impugnante alega que o prazo de 5 (cinco) dias para a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato é exageradamente exíguo, motivo pelo qual pede a alteração do Edital neste ponto, sugerindo o prazo de 10 (dez) dias úteis.

3. REQUERIMENTOS

3.1. Tendo por fundamento os 9 (nove) itens acima resumidamente citados, a impugnante requer a correção do instrumento convocatório e que seja conferido efeito suspensivo

Edital do Pregão Eletrônico nº 6/2015-SRP – Resposta a Impugnação nº 1/2015 - Página 3 de 8

Av. Augusto Franco, 2.260 – Siqueira Campos – CEP 49.075-100

Aracaju/SE - Tel. (79) 3234-8534 - e-mail: cpl.srse@dpf.gov.br



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

Polícia Federal
FL.nº _____
SERGIPE

à impugnação, bem como lhe seja mantida a irresignação em caso de não correção do Edital.

SEÇÃO II - DA ANÁLISE

4. DOS PRESSUPOSTOS

4.1. TEMPESTIVIDADE

4.1.1. A seção pública está prevista para abertura às 10:00 do dia 27/08/2015, e como a impugnação foi apresentada às 12:20 do dia 21/08/2015, verifica-se que foi apresentada tempestivamente.

4.2. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNÁVEL

4.2.1. Em 14/08/2015 foi publicado o Aviso de Licitação nº 6/2015, com a consequente disponibilização do Edital da licitação, contra o qual cabe impugnação, nos termos do que fixa o Art. 41, §1º da Lei nº 8.666/1993

4.3. FUNDAMENTAÇÃO

4.3.1. A impugnante aponta os fundamentos legais e fáticos sobre os quais supostamente se sustentam suas alegações.

4.4. FORMA ESCRITA

4.4.1. A impugnação foi apresentada na forma escrita e em vernáculo, mediante correio eletrônico, conforme fixado no item 21.2 do Edital.

4.5. LEGITIMIDADE

4.5.1. A teor do que fixa o já citado Art. 41, §1º da Lei de Licitações e Contratos, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar Edital de licitação.

4.6. INTERESSE

4.6.1. Dado o ramo de atuação da ora impugnante e a constatação de sua participação rotineira em licitações para o objeto deste certame (como, por exemplo, no Pregão 1/2014 da UASG 201057), demonstra-se que a mesma é legítima interessada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

Polícia Federal
FL.nº 283
SERGIPE

5. ANÁLISE

5.1. Esclarecimento quanto à apuração do serviço intra-grupo zero, apontamento sobre a minutagem por tipo de ligação e suposta duplicidade de cotação.

5.1.1. Conforme manifestação do Núcleo de Tecnologia da Informação do órgão licitante, *"não seria prudente aglutinar todo o serviço intra-grupo uma vez que como se sabe o custo de uma ligação local é diferente de uma ligação em deslocamento em outra Região"*.

5.1.2. Ademais, restam dúvidas quanto às alegações da impugnante quanto à suposta *"cotação única de valor mensal para a totalidade de acessos solicitados"* (sic), vez que, em impugnação anteriormente apresentada no âmbito do Pregão 1/2014 da Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento (UASG 201057), a mesma afirma que *"conforme regulamentação da ANATEL, os critérios de composição de custo de um e outro tipo de ligação, ainda que sob o gênero VC2 ou VC3, são diferentes"* (Vide documento disponível no site http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/licitacoes/pregao/2014/14_LICI_Pregao01%20central_compras_impugnacao_ed_republ_TELEFONICA_BRASIL.pdf).

5.2. Esclarecimento quanto à unificação de documentos relativos à prova de regularidade fiscal.

5.2.1. Foi verificado que o próprio item 10.4.2. citado prevê a possibilidade da empresa apresentar a "certidão conjunta", como prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e também perante o INSS (item 10.4.3), não caracterizando exigência de 2 (duas) certidões, mas simplesmente a prova de regularidade tanto em relação à Fazenda Nacional quanto em relação às verbas previdenciárias (INSS).

5.3. Do modo de disponibilização de arquivo contendo as localidades de cobertura de serviços.

5.3.1. O texto "localidades/CEP do item 5.2.23 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), possibilita à empresa a apresentação do arquivo de dados tanto por

Edital do Pregão Eletrônico nº 6/2015-SRP – Resposta a Impugnação nº 1/2015 - Página 5 de 8



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

Polícia Federal
FL.nº _____
SERGIPE

localidade quanto por CEP, conforme sua disponibilidade. Não caracteriza exigência de envio de dados organizados tanto por localidade quanto por CEP, concomitantemente.

5.4. Cotação do serviço gestão.

5.4.1. O item 4.3.1 do Termo de Referência fixa que *"A CONTRATADA deverá disponibilizar um Portal Web de acesso via Internet, ou de instalação em desktop que permitirá à CONTRATANTE efetuar a gestão e controle de todas as suas linhas CONTRATADAS"*, e somente se for atendido este requisito o serviço atenderá às necessidade da Administração, já que o acesso a tal sistema será realizado pelo fiscal do contrato, que é único, e não por cada usuário, individualmente, já que não possuem poderes para alterar seus próprios limites de gastos.

5.4.2. Conforme informa o Núcleo de Tecnologia da Informação, *"deve ser observado que um único portal deve atender a todas as linhas, e que no nosso entender não seria necessário um serviço para cada linha"*.

5.4.3. Ademais, consta das folhas 80 a 83 do processo, uma proposta de preços apresentada pela própria impugnante, em que constam cotados tais serviços, conforme especificado no Anexo I do Edital, contrariamente ao que ora se alega quanto à impossibilidade de fornecimento com a especificação exigida no certame.

5.5. Esclarecimento quanto ao serviço de gestão.

5.5.1. Conforme informa o Núcleo de Tecnologia da Informação, *"O login único atende as nossas necessidades"*, concluindo-se que pode ser dispensada a exigência do perfil "usuário".

5.6. Impossibilidade de controle de consumo de dados.

5.6.1. Conforme informa o Núcleo de Tecnologia da Informação, o controle do consumo de dados *"tem como principal objetivo evitar serviços inconvenientes aos usuários, os serviços podem ser bloqueados logo depois da ativação das"*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

Polícia Federal

FL.nº 284

SERGIPE

linhas, todas as linhas serão providas de pacote de voz e dados". Portanto, é uma funcionalidade imprescindível para o bom funcionamento dos serviços contratados.

5.7. Exigência de entrega de capa e película de proteção.

5.7.1. Como os aparelhos serão adquiridos pelo órgão licitante, e não serão objeto de comodato, faz-se necessária a adoção de medidas que proporcionem a adequada proteção aos aparelhos durante toda a sua vida útil.

5.7.2. Conforme informa o Núcleo de Tecnologia da Informação, "*O Item deve ser mantido, não vemos dificuldade em fornecer a capa e a película junto com o aparelho, no TR não foi exigido a instalação dos acessórios e sim apenas o fornecimento*".

5.7.3. Ademais, observe-se que o presente item será de fornecimento exclusivo para Micro e Pequena Empresa, conforme obrigação legal constante da Lei Complementar 123. Portanto, é inevitável a restrição relativa da competitividade, pois nem todas as empresas licitantes poderão ofertar propostas para tais itens (tais como a própria impugnante, por ser uma S/A), dadas as exigências legais aplicáveis.

5.8. Esclarecimento quanto ao CNPJ da Nota Fiscal e dos documentos de habilitação.

5.8.1. Não foi identificado no Edital exigência de que a fatura contenha o CNPJ da matriz ou da filial, nem que a regularidade fiscal apresentada seja de uma ou de outra unidade da mesma pessoa jurídica. Portanto, em sendo legalmente possível, a matriz ou filiais da empresa poderão participar da licitação e apresentar a regularidade fiscal e a fatura conforme fixa a norma aplicável.

5.9. Prazo para a assinatura de documentos.

5.10. Foi verificado que o prazo de entrega de correspondências ordinárias nas capitais brasileiras é de no mínimo três dias, e que apesar de existirem serviços de entrega urgente, tais custos poderão onerar a proposta da empresa.

6. DECISÃO

Edital do Pregão Eletrônico nº 6/2015-SRP – Resposta a Impugnação nº 1/2015 - Página 7 de 8




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

Polícia Federal
FL.nº _____
SERGIPE

- 6.1.** Por atendimento aos pressupostos legais aplicáveis:
- 6.1.1.** CONHECER da impugnação e, pelos fatos e fundamentos aduzidos nos itens 5.1 a 5.9 acima;
 - 6.1.2.** PROVER PARCIALMENTE o requerimento da impugnante, no sentido da exclusão do edital da exigência do perfil "usuário" para uso do sistema de gestão, e da dilação do prazo para a assinatura de documentos para 10 (dez) dias úteis;
 - 6.1.3.** DETERMINAR a correção e republicação do Edital da licitação, com a consequente remarcação da data de abertura da sessão pública.
- 6.2.** Adicionalmente, DIVULGUE-SE mensagens de esclarecimento no site Comprasnet, quanto aos assuntos tratados nos itens 5.2 e 5.3, referentes à certidão conjunta da RFB/PGFN e à disponibilização do arquivo de dados por localidade OU por CEP.

Aracaju/SE, 24 de Agosto de 2015



RONALDO CORRÊA
Agente Administrativo
Matrícula 11.922
Pregoeiro